

FUNÇÕES PRAGMÁTICAS DE ENUNCIADOS DE DUPLA NEGAÇÃO: ANÁLISE DE DADOS DE CURITIBA (PR)

Marcos Goldnadel¹

emegold@gmail.com

RESUMO: Ao lado da negação canônica, com um operador de negação pré-verbal, o português brasileiro ostenta duas formas alternativas e semanticamente equivalentes de negação sentencial: a dupla negação, com o operador de negação repetido em fim de frase, e a negação pós-verbal, com apenas um operador de negação em fim de frase. Sendo assim, caracteriza-se como uma língua passível de ser considerada no debate sobre as possíveis causas do surgimento de formas alternativas de negação sentencial e, portanto, do início do processo de mudança do padrão sintático de sentenças negativas conhecido como Ciclo de Jespersen. Este estudo analisa enunciados com dupla negação presentes em seis entrevistas sociolinguísticas da cidade de Curitiba, pertencentes ao acervo do projeto VARSUL. A análise qualitativa das 28 ocorrências de enunciados com dupla negação encontrados revelou a existência de duas funções pragmáticas associadas ao uso desse tipo de negação sentencial. A função com maior número de ocorrências foi a de expressão de denegação, já identificada em dados do português brasileiro do século XIX. Além disso, uma segunda função foi identificada nos dados: retorno a comentário quantitativo do qual o falante se afastou para realizar algum tipo de digressão. Essa função, que aparece de modo consistente nos dados analisados, revela que a estrutura inovadora de dupla negação pode ter passado por um processo de diversificação funcional, sendo, portanto, ilustrativa do princípio da estratificação postulado por teorias da gramaticalização.

PALAVRAS-CHAVE: dupla negação; ciclo de Jespersen; ênfase; continuidade tópica.

ABSTRACT: Besides canonical negation, with only one preverbal negative operator, Brazilian Portuguese shows off two alternative and equivalent forms of sentential negation: double negation, displaying a duplicated negative operator in the end of the sentence, and postverbal negation, displaying only one negative operator in the end of the sentence. Thus, Brazilian Portuguese is a language which can be considered in the debate on the possible causes of the emergence of distinct forms of sentential negation and, therefore, on the beginning of the change process of the syntactic pattern of negative sentences known as Jespersen's Cycle. This work analyses utterances of double negative sentences found in six sociolinguistic interviews of Curitiba city, which belongs to VARSUL project archive. The qualitative analysis of the 28 tokens of double negative utterances unveiled two pragmatic functions related to this kind of sentential negation. The function more frequent was that one conveying denegation, a function already identified in data of Brazilian Portuguese of the 19th century. Besides that function, a second one was identified in the data: return to a quantitative comment from which the speaker has moved away in order to perform a digression. This function, which consistently shows off in the data, reveal that the innovative structure of double negation may have passed through a process of functional diversification, being, therefore, a good example of the stratification principle of grammaticalization theories.

KEYWORD: double negation; Jespersen's cycle, emphasis; topic continuity.

¹ Doutor; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

1. Introdução

Há uma divisão bastante recorrente que reparte o léxico de uma língua em dois grupos: palavras e expressões nocionais de um lado e palavras e expressões funcionais de outro. Como se sabe, o primeiro grupo é aberto, constantemente enriquecido para satisfazer novas necessidades comunicativas. Esse enriquecimento pode resultar do acréscimo de novas formas de expressão (por empréstimos ou por processos de derivação e composição vocabular) ou até mesmo da extensão de sentido de formas já existentes no interior do sistema (por processos metafóricos ou metonímicos). Dessa forma, noções novas passam a receber expressão formal no sistema, configurando um enriquecimento das possibilidades comunicativas.

Vale lembrar, no entanto, que também o conjunto dos recursos formais responsáveis pela expressão de aspectos funcionais da linguagem (morfemas desinenciais, verbos auxiliares e modais, conjunções, preposições, negação) sofre alterações ao longo do tempo. Diferentemente do que ocorre no campo das expressões de natureza nocional, normalmente as mudanças observadas no inventário de palavras funcionais envolvem, em última instância, alteração de formas, mas manutenção de sentido.

Tome-se, por exemplo, a expressão de futuro na passagem do latim ao português. O latim clássico contava, para a expressão do futuro imperfeito, com desinências particulares. Esse futuro regular conviveu por algum tempo com uma construção perifrástica do latim vulgar, que consistia no uso de verbo no infinitivo seguido do verbo “habeo”² conjugado em número e pessoa adequado. O sentido dessa expressão era similar ao da expressão portuguesa “haver de ..”, em que há um componente modal que se acrescenta à ideia de futuro³. Com a perda do valor modal, o verbo “habeo” consolida-se como auxiliar, constituindo locução verbal que passa a rivalizar, como expressão de futuro, com a forma canônica. Seguiu-se a essa fixação de valor exclusivamente gramatical de futuro um período de mudanças fônicas, que resultaram na formação dos morfemas desinenciais de futuro do português.

Esse longo processo de mudança na expressão de futuro imperfeito na passagem do latim para o português envolveu dois fenômenos normalmente encontrados em processos de gramaticalização: desbotamento semântico e

² Cf. Williams (2001 [1891]), p. 211.

³ Cf. Ilari (1992) a forma perifrástica de futuro no latim vulgar expressava compromisso, obrigação.

enfraquecimento fonético. No caso particular da passagem da forma perifrástica do latim vulgar ao futuro desinencial do português correspondem a esses dois processos, respectivamente, a perda do conteúdo modal e o apagamento de segmentos fonológicos.

O caso do futuro ilustra exemplarmente o fato de que, no campo das expressões de caráter funcional, a mudança, ao fim e ao cabo, é fortemente conservativa no que diz respeito ao sentido das expressões envolvidas. Nada que não se pudesse esperar, tendo em vista a natureza dos sentidos carregados por formas funcionais. Ou seja, é a mesma ideia, a de futuro, que está expressa pelas desinências do latim clássico e pelas desinências do português contemporâneo, de modo que a mudança linguística no campo das expressões funcionais é puramente formal, ainda que, no estágio inicial (e em alguns dos estágios intermediários), as novas formas de expressão surjam com a finalidade de veicular sentidos levemente distintos dos veiculados pelas formas originais.

Percebe-se, portanto, que, assim como o grupo dos lexemas e expressões nocionais, o grupo dos lexemas, expressões e formas gramaticais recebe acréscimos, ou, para ser mais preciso, experimenta substituição de formas. A diferença está na perspectiva que se assume diante dos dois grupos. Enquanto no primeiro nem sempre está envolvida alguma rivalidade entre formas, já que, muitas vezes, novos recursos ingressam no sistema para expressar conteúdos novos, no segundo, que se constitui a partir de um conjunto bastante restrito de noções, o ingresso de novas expressões quase que invariavelmente representa a entrada no sistema de formas potencialmente rivais. Essas formas, inicialmente marcadas (geograficamente, socialmente, estilisticamente, semanticamente ou pragmaticamente), podem, com o decurso do tempo, perder algumas de suas marcas expressivas específicas, ingressando em um estado, pelo menos parcial, de variação livre com as formas canônicas. De acordo com essa perspectiva, o processo de mudança no campo das formas gramaticais envolve: 1) o surgimento de forma alternativa de expressar aspecto funcional da linguagem que é, de algum modo, marcada, envolvendo frequentemente algum efeito semântico-discursivo particular; 2) um período de perda da marcação do(s) efeito(s) original(is); 3) um período de fixação e crescimento de uso da forma alternativa; e 4) uma fase de supressão absoluta da forma original (possivelmente seguida de mudanças formais na nova expressão).

Esses processos de gramaticalização, por afetarem a língua em sua dimensão funcional, produzem alterações capazes de reconfigurar de modo radical o sistema linguístico, tendo reflexos não apenas no âmbito do léxico, mas também no da sintaxe. Uma das mudanças funcionais que ilustra bem essa possibilidade é o caso da expressão da negação sentencial, objeto deste estudo. O linguista dinamarquês Otto Jespersen foi um dos primeiros a chamar a atenção (cf. Jespersen 2010 [1917]) para o fato de que o modo de expressar a negação sentencial pode sofrer alterações significativas ao longo do tempo, tanto na dimensão lexical quanto na dimensão sintática. O processo de mudança da expressão da negação sentencial, conhecido como Ciclo de Jespersen, é evidente, por exemplo, no francês, que passou pelos estágios esquematizados a seguir.

(1a) ... non V ...

(1b) ... ne V ...

(1c) ... ne V (pas_{enf}) ...

(1d) ... ne V (pas) ...

(1e) ... ne V pas ...

(1f) ... (ne) V pas ...

O que o percurso de (1a) a (1f) mostra de modo bastante esquemático é a mudança combinada do operador de negação e de sua posição na sintaxe da oração francesa⁴. Num primeiro estágio, o operador de negação é o advérbio *non*, oriundo do latim, ocupando a posição imediatamente anterior ao verbo. Num segundo momento, *non* passa a *ne*. A seguir, o substantivo *pas*, que significa “passo” é usado como um item enfático de polaridade negativa. Com isso, o falante do francês estaria lançando mão de um recurso de ênfase, efeito difícil de obter com a frase neutra, apenas com o

⁴ Essa é a descrição da diacronia da negação no francês encontrada em Van der Auwera (2009, 2010). Vale lembrar que não há consenso sobre a suposição de que o substantivo *pas* tenha surgido como recurso de ênfase, hipótese defendida por vários autores (cf. Dahl (2010), Kiparski e Condoravdi (2006) Detges e Valtereit (2002)), mas duramente criticada em Schwenter (2005, 2006). Mais recentemente, a hipótese de Schwenter vem sendo considerada em trabalhos sobre dupla negação (cf. Goldnadel et al (2013), Larriveé (2010, 2011), Visconti (2009)).

ne pré-verbal, tendo em vista a debilidade fonética⁵ de um advérbio monossilábico e átono⁶.

O período (d) é crucial para a mudança do sistema da negação, já que é nele que ocorre a perda do valor enfático de *pas*, configurando um estágio em que se observa grande similaridade expressiva entre a estrutura canônica, apenas com o *ne* pré-verbal, e a estrutura nova, com marcação redundante de um *ne* pré-verbal e um *pas* pós-verbal. É um momento em que o *pas* figura opcionalmente em enunciados negativos, mas já sem qualquer valor semântico-discursivo particular. Durante esse estágio, as duas estratégias alternativas de negação sentencial (negação simples pré-verbal e dupla negação) encontram-se, em uma perspectiva estrutural⁷, em variação livre. Entretanto, apenas o advérbio *ne* é sentido como o operador de negação propriamente dito, dado que seu apagamento (com a manutenção apenas do *pas* pós-verbal) ainda é considerado agramatical pelos falantes.

O estágio (e), em que o *pas* pós-verbal é sentido como parte de uma negação expressa de modo descontínuo, é resultado de uma reanálise desse elemento em função da amplificação do seu uso observada no estágio (d). É um momento em que o falante já não admite mais uma sentença negativa apenas com o *ne* pré-verbal, considerando-a agramatical⁸. O estágio (e), portanto, configura-se como aquele em que há uma ruptura significativa no sistema, mais especificamente, aquele em que a forma de negar uma sentença difere estruturalmente da forma encontrada no estágio anterior. Nesse novo estágio, o *pas* é interpretado como marca necessária de negação.

⁵ Essa é uma das vantagens que Van der Auwera (2009) aponta em relação ao esforço a mais exigido ao falante que passa a usar dois elementos negativos: ele passa a contar com uma possibilidade de expressar ênfase de modo mais fácil.

⁶ As línguas, de um modo geral, dispõem de itens de polaridade negativa destinados a acrescentar ênfase a enunciados negativos. Esses itens são chamados de minimizadores (cf. Hoecksema, 2009), normalmente substantivos que denotam quantidades mínimas. O português, por exemplo, conta com o substantivo “pingo”, um minimizador encontrado em enunciados como “Ele não teve um pingo de consideração comigo”.

⁷ Evidentemente, continua valendo aqui a suposição sociolinguística de que não existe variação livre em termos absolutos. Sendo assim, a escolha entre *ne* e *ne... pas* pode ter tido motivações de diversas ordens, sintáticas e até mesmo estilísticas. De qualquer modo, o francês deve ter passado por um estágio em que as duas formas de negar já não se diferenciavam de modo algum quanto ao aspecto que provavelmente tenha motivado o surgimento da forma alternativa: a ênfase. O que se pode supor é que, mesmo diante de motivações secundárias para a escolha entre as formas, o desaparecimento da motivação original, aquela que determinava uma diferenciação de sentido entre as formas, tenha sido suficiente para abrir o caminho para todas as neutralizações subsequentes das eventuais diferenças secundárias.

⁸ É importante esclarecer que há aqui uma generalização que precisa ser relativizada. Persistem ainda, no francês atual, tipos de sentenças em que a negação sentencial é realizada apenas com o *ne* pré-verbal. Também há casos em que esse tipo de estrutura marca enunciados muito formais com sabor arcaizante. De qualquer modo, sentenças negativas apenas com um *ne* pré-verbal constituem um percentual pouco significativo de negações sentenciais do francês atual.

Por fim, o estágio (e) abre caminho para o estágio (f). O falante, diante de um modo redundante de marcar a negação, passa a omitir o *ne* pré-verbal, que gradativamente vai assumindo um caráter opcional, como ocorre no francês falado atual. Um novo estágio (ainda não atestado), apresentado a seguir em (g), seria aquele em que o *ne* pré-verbal desaparece por completo. Com isso, o ciclo de mudança da negação sentencial em francês estaria completo, com a substituição, na fala e na escrita, de *non/ne* pré-verbal pelo *pas* pós-verbal.

(1g) ... V pa ...

Esse processo de gramaticalização de palavras do inventário aberto que passam funcionar como operadores de negação, bem como as implicações sintáticas envolvidas, que recebe o nome de Ciclo de Jespersen, não é uma peculiaridade do francês. O mesmo ocorreu com o inglês (cf. Hoeksema 2009), em que o pronome indefinido *naught* passou, com o tempo, da função de complemento verbal à função de operador de negação. Além do inglês e do francês, Hoeksema (2009) afirma que passaram pelo Ciclo de Jespersen o latim, o grego, o alemão, o holandês, o galês, o árabe, o berbere, o chinês e o atabasco. Vossen e Van der Avera (2014), por sua vez, encontraram, na Ásia e na Oceania, 81 línguas com dupla negação, quatro com tripla negação e uma com quádrupla negação, sendo, portanto, potencialmente instâncias do Ciclo de Jespersen.

O próprio Jespersen compreendia o fenômeno de um modo particular. Para ele, a desaparecimento de um elemento negativo, dando lugar a um novo operador, seria consequência da debilidade fonética que se observa nos operadores de negação (normalmente monossilábicos e átonos). Nessa perspectiva, a erosão fonética a que esses elementos são suscetíveis exigiria, em nome da compreensão, o acréscimo de marcas redundantes de negação, que, com o tempo, substituiriam os operadores originais, os quais seguiriam um percurso de enfraquecimento fonético até o desaparecimento completo.

A hipótese de Jespersen não encontra, atualmente, muitos adeptos. Hoeksema (2009), na passagem a seguir, expressa sua inconformidade com a explicação de Jespersen.

If negation is so important, and clearly it is, why would one want to reduce it at all? Ease of articulation is certainly not of such paramount importance that speakers should let it prevail over the clarity of their message. (Hoeksema 2009:19)

Uma quantidade significativa de estudos sobre a mudança nas formas de negação sentencial, no entanto, adota uma perspectiva semelhante à que se ofereceu para o francês há alguns parágrafos atrás⁹ (cf. Schwegler 1991, Roncarati 1996, Furtado da Cunha 2001, 2007, Schwenter 2005, 2006, Hoeksema 2009, Van Der Avera 2009, Seixas e Alkmin 2013, Goldnadel et al 2013, Larriveé 2010, 2011, Hansen 2009). Segundo esse tipo de descrição, o enfraquecimento fonético e o eventual desaparecimento de uma forma antes canônica é consequência, e não causa, do surgimento de um elemento adicional de negação. Nessa perspectiva, o ciclo tem início com o surgimento de uma forma distinta de expressar negação que decorre da necessidade expressar a alguma função discursiva particular. A partir desse primeiro estágio, de caráter discursivo, seguem-se outros estágios. Nos estágios finais do processo, o elemento negativo que se somou ao inicial, já destituído de suas funções pragmáticas originais, passa a ser sentido como o operador efetivo de negação. A partir desse momento, assiste-se ao desaparecimento gradual do operador de negação original – decorrente de seu enfraquecimento fonético –, até o ponto em que o novo elemento assume o posto de operador efetivo de negação.

No âmbito dos estudos sobre o Ciclo de Jespersen, há várias questões de pesquisa que podem ser endereçadas. No que diz respeito ao processo de mudança, visto em sua dimensão mais ampla, um aspecto importante a explorar é a trajetória – ao longo de sucessivos e distintos períodos – das alterações estruturais no interior das línguas em que o ciclo avançou significativamente (em que sua existência já não pode ser refutada). Há línguas, no entanto, em que a variação entre formas alternativas de negação sentencial não indica ainda, de modo inequívoco, alguma tendência de mudança futura. Nesses casos, uma questão de pesquisa que se coloca é justamente identificar que traços as formas de negação sentencial devem ostentar para que se possa supor, a partir de bases sólidas, um efetivo processo de mudança na sua forma de expressão na língua. A língua portuguesa é uma dessas línguas que, apesar de apresentar formas alternativas de negação sentencial – ilustradas em (2) – com índices estatísticos expressivos, ainda podem gerar alguma dúvida a respeito de seu estatuto mais preciso quanto ao Ciclo de Jespersen.

(2a) Não como carne.

⁹ O leitor interessado poderá encontrar referências a abordagens pragmáticas do Ciclo de Jespersen em Van der Avera (2009).

(2b) Não como carne não.

(2c) Como carne não.

Entre as formas apresentadas em (2), a primeira é a forma canônica; a segunda já apresenta índices expressivos no Brasil, atestados em vários estudos – Schwegler (1991), Schwenter (2005, 2006), Roncarati (1996), Camargos (2001), Souza e Lucchesi (2004), Furtado da Cunha (2001, 2007), Cavalcante (2007); a terceira é uma variante tipicamente nordestina, que ainda não ingressou em todas as regiões¹⁰, como reconhecem os mesmos estudos mencionados. O quadro de estratégias de negação encontrado diferencia o português brasileiro da maioria das línguas que passaram pelo Ciclo de Jespersen e, de um modo geral, da maioria das línguas que ostentam formas alternativas de expressar negação sentencial com índices expressivos de ocorrência.

O primeiro aspecto a ser observado é a existência de três estratégias de negação ocorrendo ao mesmo tempo, pelo menos em algumas regiões do Brasil, com índices percentuais expressivos. Essa sobreposição de mais de duas estratégias, em princípio, problematiza a descrição padrão para as etapas do Ciclo de Jespersen apresentada em (1), uma vez que, de acordo com a lógica ali desenhada, os estágios finais do ciclo – estágios correspondentes a (1f) e (1g) no francês –, aqueles em que a língua já admite apenas o operador de negação pós-verbal, pressupõem, senão o desaparecimento, pelo menos uma diminuição muito expressiva de ocorrências de sentenças apenas com elemento pré-verbal.

O segundo aspecto diz respeito à natureza do elemento adicional de negação encontrado no português brasileiro. Enquanto as línguas, de um modo geral, lançam mão de itens de polaridade negativa – minimizadores ou quantificadores negativos – como segundo elemento negativo, o português falado no Brasil opta pela repetição do advérbio de negação. Por fim, enquanto na maioria das línguas o segundo operador é estritamente pós-verbal, no português brasileiro ele ocupa a posição de fim de oração, podendo anteceder apenas poucos tipos de elementos (como vocativos)¹¹.

Frente a essas diferenças, cabe questionar se, assim como muitas outras línguas que apresentam ou apresentaram formas alternativas de negação sentencial, o português brasileiro também está passando pelo Ciclo de Jespersen, ou seja, se é

¹⁰ Na região Sul, por exemplo, essa forma não é usada.

¹¹ Nesses aspectos, o português brasileiro se assemelha ao africâner (cf. Biberauer 2009a, 2009b e Cyrino e Biberauer 2009).

possível supor que, em algum momento futuro, haverá o desaparecimento da negação pré-verbal. De acordo com Biberauer (2009a, 2009b) e Biberauer e Cyrino (2009), trabalhos que analisam o caso do africâner, uma das poucas línguas que apresentam a dupla negação com características muito semelhantes às do português brasileiro (repetição do mesmo elemento apenas em fim de oração), e do português brasileiro, nem o africâner, nem o português brasileiro estão passando pelo Ciclo de Jespersen. As autoras baseiam sua conclusão na suposição bastante razoável de que, diferentemente do que ocorre em outras línguas, em que o segundo elemento negativo surge no interior do sintagma verbal¹², o *não* do português e o *nie* do africâner surgem no interior de CP, sendo, portanto, elementos de valor nitidamente discursivo, com pouca possibilidade de passar por um efetivo processo de reanálise sintática. No caso do africâner, em que, diferentemente do português, o segundo elemento negativo é obrigatório – de modo que se trata de uma língua em que ocorre concordância negativa –, os testes das autoras parecem indicar que é o primeiro *nie* que expressa efetivamente a negação.

Outra questão que diz respeito a qualquer língua que disponha de mais de um modo de expressar a negação sentencial é aquela que, reconhecendo no surgimento de um segundo elemento negativo um recurso expressivo, indaga sobre a função pragmática da estratégia inovadora no período em que experimenta um incremento significativo de uso. Parte da literatura especializada não se ocupa dessa questão, principalmente aquela parte mais comprometida com a discussão sobre a representação sintática de sentenças negativas. Para os estudos voltados à compreensão da diacronia da negação, no entanto, a questão da gênese funcional de uma forma alternativa de negação sentencial é central.

No caso do português brasileiro, a questão, portanto, é saber a serviço de que estavam os enunciados de dupla negação no período em que começaram a representar um percentual significativo de usos. A literatura existente disponibiliza alguns modelos de análise para a função pragmática da dupla negação, que podem ser verificados em relação aos dados do português brasileiro. Cada um desses modelos presume uma função pragmática específica para enunciados com dois operadores de negação (que rivalizam com enunciados de apenas um operador). Para alguns autores, a dupla negação expressa inicialmente ênfase (Kyparski e Condoravdi 2006, Dahl 2010, van der Avera 2010, Hoeksema 2009, Detges e Waltereit 2002).

¹² Minimizadores e quantificadores exercem originalmente a função de complemento verbal.

De acordo com outros autores (Schwegler 1991, Seixas e Alkmin 2013), a dupla negação expressa pressuposição por denegação. Há ainda o entendimento segundo o qual à dupla negação cabe a função de veicular conteúdo discursivamente ativado (Schwenter 2005, 2006, Goldnadel et al 2013, Hansen 2009)¹³. Outra possibilidade seria a de que enunciados não canônicos de negação servem para indicar pausa temática (Furtado da Cunha 2001, 2007). E há ainda quem veja na dupla negação uma função de preservação da face¹⁴ (Roncarati 1996).

Este trabalho pretende de contribuir para a discussão sobre as possíveis funções pragmáticas associadas aos usos (em estágios iniciais) de enunciados com dupla negação sentencial. Para tanto, analisa dados de entrevistas do projeto VARSUL, realizadas no início da década de 90, momento em que a Região Sul do Brasil, considerando a quantidade ainda modesta de duplas negações presentes nas entrevistas, parece estar ainda em um estágio inicial de uso dessas estruturas. A análise realizada identificou uma motivação pragmática para os enunciados de dupla negação que não se confunde com nenhuma das caracterizações correntes. Na verdade, a análise permite enxergar uma função que implica, dada a sua constituição, a noção de ativação. Os dados analisados, que são do português falado na Região Sul do Brasil no início da década de noventa, revelam uma função com um valor mais específico do que o de simplesmente sinalizar a ativação do conteúdo expresso. Este artigo propõe-se a apresentar esses dados e a análise que parece insinuar-se.

Para situar a análise proposta para os dados do português falado na região Sul do Brasil, a seção 2 deste artigo apresenta algumas das hipóteses correntes para explicar o surgimento de estruturas de dupla negação. Na seção 3, são apresentados os dados de Seixas e Alkmin (2013) relativos aos usos de dupla negação nos séculos XVIII e XIX e dados de entrevistas do VARSUL, realizadas no início da década de 90. Acompanham essas apresentações de dados considerações sobre as funções pragmáticas de enunciados de dupla negação encontrados nos dois corpora. Por fim, na seção 4, apresentam-se as considerações finais, em que são feitas algumas suposições sobre a possível trajetória dos usos dos enunciados de dupla negação em português brasileiro.

¹³ Larrivéé (2010, 2011) investiga a relação entre o surgimento do *pas* francês e a função de ativação. Sua conclusão é a de que não se pode concluir que o *pas* tenha surgido com a finalidade de expressar ativação. Além disso, curiosamente, o autor identifica essa função no uso de *non*, a forma mais antiga de negação na língua.

¹⁴ Vale enfatizar que nem todas essas funções são incompatíveis entre si.

2. Algumas hipóteses gerais sobre a motivação pragmática para o surgimento de enunciados com dupla negação

Se, contrariamente ao que supôs Jespersen, o segundo elemento negativo em enunciados não é um recurso destinado apenas à preservação do sentido literal ameaçado por um processo de erosão da forma original, então sua motivação deve ter uma razão expressiva. Ou seja, se a nova forma não constitui um meio de prevenção à perda de sentido, deve servir para a expressão de novos sentidos. No caso da dupla negação, três hipóteses supondo sua função pragmática inicial predominam no cenário mais amplo do debate sobre o Ciclo de Jespersen: manifestação de ênfase, expressão de denegação¹⁵, e marcação de conteúdo ativado.

A ideia de ênfase é a que mais imediatamente vem à mente quando se trata de analisar fenômenos de repetição de palavras ou de uso consecutivo de palavras com o mesmo sentido. O discurso cotidiano está repleto de repetições que, proferidas com uma entonação apropriada, parecem servir justamente à expressão de algum tipo de ênfase. Vários pesquisadores defendem a hipótese de ênfase para o surgimento de formas reforçadas de negação, entre eles, van der Auwera (2009, 2010), Dahl (2010), Kiparsky; Condoravdi (2006), Hoeksema (2009), Detges; Waltereit (2002)¹⁶.

Schwenter (2005, 2006), no entanto, considera teoricamente vácuca a suposição de um estágio enfático inicial de estruturas de dupla negação, por considerar impreciso o conceito de ênfase. Nos dados coletados pelo autor, há evidências bastante convincentes para a afirmação de outra hipótese, por ele proposta, segundo a qual enunciados não canônicos de negação estão associados à veiculação de conteúdos discursivamente ativados. No seu artigo de 2005, “The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese”, apresenta uma série de trechos de diálogos de falantes de português brasileiro que dão suporte a essa ideia. São casos em que o conteúdo do enunciado negativo não canônico não parece prestar-se efetivamente a qualquer tipo de ênfase, mas que, inequivocamente, tem como característica o fato de ser discursivamente ativado, ou seja, veiculado, explícita ou implicitamente, por algum dos interlocutores em porção próxima do discurso precedente. No artigo de 2006, “Fine-Tuning Jespersen’s Cycle”, o autor estende

¹⁵ O que aqui se refere como expressão de denegação é apontado por certos autores como sendo expressão de pressuposição (cf. Schwegler 1991, Seixas e Alkmin 2013).

¹⁶ Hoeksema (2009) inclui a ênfase entre os possíveis efeitos retóricos de enunciados de negação reforçada, entendendo ainda que o mesmo recurso pode estar a serviço de expressar *understatement*.

sua suposição a uma série de outras línguas, considerando que, também nelas, estruturas de dupla negação estão a serviço da veiculação de conteúdo discursivamente ativado.

A hipótese de Schwenter, de que enunciados de dupla negação servem à veiculação de conteúdo discursivamente ativado, tem sido considerada na análise do francês. Hansen (2009) acredita ter encontrado no francês antigo e médio forte evidência para a hipótese de Schwenter. Já Larriveé (2010, 2011), curiosamente, conclui, a partir dos dados analisados pertencentes aos mesmos períodos, que competia ao “non” do francês antigo a função de veicular conteúdo ativado, e não à estrutura posterior “ne ... pas”.

Na defesa de sua hipótese, Schwenter ataca a outra explicação para o surgimento de estruturas alternativas de negação sentencial, defendida, por exemplo, na análise do português brasileiro em Schwegler (1991). De acordo com Schwegler, enunciados não canônicos de negação teriam, em um estágio de uso inicial, a função de veicular conteúdo pressuposto. Aqui, no entanto, é necessário esclarecer que o tipo de pressuposição referido por Schwegler é aquele que Givón (1996:188-190) associa a enunciados negativos. Não se trata, portanto, da pressuposição que se constitui em um tópico clássico da literatura pragmática, tal como definido em Stalnaker (1974) e em toda literatura subsequente, dedicada, em grande medida, a resolver o problema da projeção de pressuposições. Trata-se do pressuposto, muitas vezes associado a enunciados negativos¹⁷, de que os interlocutores de quem profere o enunciado estão propensos à crença em conteúdo contraditório àquele por ele expresso. Sendo assim, seria mais apropriado falar em uma função de denegação do que de pressuposição. Também em relação ao português brasileiro, essa é a hipótese de Seixas & Alkmin (2013) para enunciados de dupla negação dos séculos XVIII e XIX.

Em sua crítica à hipótese de pressuposição (denegação), Schwenter lembra, no entanto, que essa mesma função é atribuída a enunciados com negação canônica (cf. Givón 1996), de modo que não poderia ser invocada como o diferencial de enunciados de dupla negação. Além disso, os dados de Schwenter contêm trechos em que o conteúdo negado em enunciados com negação formalmente reforçada, apesar de ativado, não é pressuposto no sentido givoniano¹⁸.

¹⁷ Normalmente associado a enunciados em que a negação opera sobre o conteúdo presente na oração principal.

¹⁸ O caso típico de enunciado de dupla negação com conteúdo ativado e não pressuposto (no sentido givoniano) é aquele em que aparece como resposta a uma pergunta do tipo sim/não. Nesse caso, o

Teoricamente, nem todas essas três funções supostas para enunciados com negação reforçada encontram-se em um mesmo patamar analítico. A função de ativação diz respeito a um aspecto eminentemente estrutural, fazendo referência à forma como o enunciado se organiza de modo a refletir um aspecto do processamento cognitivo do discurso. Sendo assim, a hipótese de que a dupla negação sentencial veicula conteúdo ativado insere-se em uma perspectiva teórica de análise da estrutura informacional desse tipo de enunciado.

As hipóteses de ênfase e denegação dizem respeito a aspectos retóricos da enunciação. Tanto a ênfase quanto a denegação não dependem do uso de estruturas com dupla negação para serem expressas¹⁹. Mas o fato é que – pelo menos os casos analisados parecem fazer supor para alguns autores – a dupla negação pode ser vista como um dos recursos disponíveis para enfatizar ou para denegar. Não se pode perder de vista, no entanto, que aqui se trata de um tipo de função distinta da de ativação (cuja análise deve restringir-se ao reconhecimento da relação entre a forma da frase e o processamento do discurso); trata-se de funções que dizem respeito aos efeitos retóricos que os falantes pretendem produzir a partir do modo como mobilizam recursos expressivos.

Sendo assim, nada impede que a função mais básica²⁰, a de veiculação de conteúdo discursivamente ativado, esteja a serviço, no campo da organização expressiva do discurso, de funções retóricas de nível mais elevado, como as de expressar ênfase ou denegação. De qualquer modo, a resposta ao questionamento teórico sobre a adequação das hipóteses para os dois tipos de função de enunciados de dupla negação, estrutural e discursiva, depende, além da definição do que vem a ser ativação, denegação e ênfase, da observação empírica. Este estudo assume como correta a hipótese de Schwenter para função estrutural de enunciados de dupla negação e passa, a seguir, a investigar, em dados do português brasileiro falado em Curitiba, as possíveis motivações discursivas para o uso desse tipo de enunciado.

conteúdo, mesmo estando ativado (pela pergunta), não pode estar pressuposto, dado que o seu enunciador, por estar perguntando, torna manifesta sua ignorância acerca do conteúdo proferido. Sendo assim, não seria possível atribuir-se a ele qualquer crença a ser contrariada pela resposta.

¹⁹ É possível enfatizar e denegar sem utilizar enunciado negativo.

²⁰ Mais básica porque relativa à organização do fluxo de informação no discurso.

3. Pragmática da dupla negação no português brasileiro

Nos estudos que se propõem a fazer alguma suposição para a função pragmática da dupla da negação em português brasileiro, é possível identificar pelo menos cinco hipóteses. Uma delas, já mencionada – proposta em Schwenter (2005, 2006) – considera que a dupla negação marca conteúdos como ativados no discurso. Outra hipótese, proposta em Schwegler (1991) defende a ideia de que a dupla negação no português brasileiro surge como recurso para expressar conteúdo pressuposto (denegação). Do mesmo modo, Seixas e Alkmin (2013) identifica na dupla negação a marcação de pressuposição por denegação. Roncarati (1996) fala de uma função de preservação da face. Furtado da Cunha (2001, 2007) enxerga uma função de pausa temática.

Todos os trabalhos mencionados colaboram, seja por suas considerações teóricas, seja por suas observações empíricas, para a construção do quadro das funções pragmáticas exercidas por enunciados de dupla negação em diversos regiões e momentos da história do português falado no Brasil. Além disso, servem de referência para a análise de dados de regiões ainda pouco exploradas em relação ao fenômeno da negação sentencial. A Região Sul é uma das que ainda merece maior atenção em relação à ocorrência de enunciados não canônicos para a expressão da negação sentencial. Diferentemente das regiões Nordeste e Sudeste, que contam com número considerável de publicações sobre o tema, a região Sul conta, até o momento, com apenas um estudo sociolinguístico sobre dados da cidade de Florianópolis (cf. Goldnadel et al 2013).

É para suprir essa lacuna que este trabalho analisa os enunciados com dupla negação de seis entrevistas sociolinguísticas realizadas com moradores da cidade de Curitiba, pertencentes ao acervo do Projeto VARSUL. A metodologia, bastante simples, consistiu na identificação de todos os enunciados com dupla negação das seis entrevistas e na posterior análise desses enunciados quanto a sua função pragmática, o que demandou, evidentemente, a consideração dos seus contextos mais imediatos de enunciação. A identificação das funções pragmáticas associadas aos enunciados norteou-se, inicialmente, pelas propostas acima elencadas na literatura sobre enunciados de dupla negação em português brasileiro. A única função não considerada foi a de ativação, por ser uma função mais básica, relativa à estrutura informacional do enunciado (cf. seção 2 deste artigo), que, por sua natureza mais

elementar, não se confunde com funções de caráter mais retórico, como as demais. Sendo assim, a análise proposta partiu apenas da consideração de funções de caráter retórico marcado: denegação, pausa temática e preservação da face.

Após uma primeira análise dos dados, identificou-se um número significativo de enunciados de dupla negação com uma clara função retórica de denegação. Dos enunciados restantes, também em número significativo, foi encontrado apenas um enunciado que parece instanciar a função de pausa temática, descrita em Furtado da Cunha (2001, 2007). Como nenhum dos demais casos revelou-se expressão da função de preservação da face, suposta em Roncarati (1996), restaram quinze enunciados com função indefinida. Esses quinze enunciados foram submetidos a uma avaliação suplementar, em que se verificou a plausibilidade de uma nova hipótese de função pragmática de enunciados com dupla negação, formulada ao longo dos últimos anos em pesquisa sobre negação sentencial a partir de dados do Projeto VARSUL. De acordo com essa hipótese, enunciados com dupla negação, pelo menos na Região Sul do Brasil, exercem uma função de caráter organizacional no interior do discurso oral, marcado por digressões destinadas a dar suporte a determinadas afirmações dos enunciadores. Essa função, chamada de função de *retorno a comentário quantitativo*, consiste na promoção de um retorno à satisfação de um tópico quantitativo do qual o falante se afasta em função da interrupção por comentários de caráter qualitativo²¹, normalmente realizados com a finalidade de justificação das informações demandadas no processo de interlocução (tão características da entrevista sociolinguística).

A análise suplementar reduziu significativamente o número de casos em que a função pragmática dos enunciados com dupla negação não foi identificada. Entre os quinze enunciados inicialmente sem função identificada, foram encontrados dez com função de retorno a comentário quantitativo. Sendo assim, dos 28 casos analisados, as duas funções que figuram com números expressivos são as de denegação (12 casos) e de retorno a comentário quantitativo (10). Tendo em vista a predominância dessas duas funções, esta seção divide-se em duas subseções. Na primeira, apresenta-se a análise de uma série de casos de dupla negação encontrados em Seixas e Alckmin (2013), que revelam, como bem observam as autoras, um uso consistente desse tipo de enunciado como veículo de atos de fala denegativos. Na segunda subseção, são apresentados casos de dupla negação sentencial encontrados nas entrevistas de

²¹ Os conceitos de comentário quantitativo e qualitativo são explicados na seção 3.2.

Curitiba analisadas. Nesses dados, além da função de denegação, a função de retorno a tópico quantitativo é identificada, bem como explicitada em algumas análises. Por fim, a seção mostra o resultado quantitativo da análise realizada no corpus de seis entrevistas de Curitiba.

3.1 Dupla negação como denegação: dados do português brasileiro dos sécs. XVIII e XIX

O trabalho de Seixas e Alckmin (Seixas e Alckmin 2013) é de grande valor, porque apresenta um conjunto de enunciados do português brasileiro bem sugestivo quanto à função da dupla negação nos séculos XVIII e XIX. Em sua análise, as autoras pretendem avaliar qual seria a melhor entre duas hipóteses para a função pragmática da construção: registrar denegação ou ativação. Sua conclusão é a de que, ao longo dos dois séculos investigados, quando passa figurar de modo mais expressivo nos dados, a dupla negação expressava uma pressuposição decorrente de uma estratégia de denegação. Para as autoras, então, os dados corroborariam a hipótese de pressuposição e mostrariam que a dupla negação, no período investigado (séculos XVIII e XIX), serviu retoricamente para tornar manifesta uma atitude de denegação.

Nos trechos apresentados no artigo que são extraídos de peças de teatro, a função de denegação aparece com clareza. Entre os casos analisados, está o do enunciado presente no trecho reproduzido a seguir, extraído da peça *O noviço*, de Martins Pena (de 1845).

(3) Juca: Primo, você também é frade? Já lhe deram também um carrinho de prata com cavalos de ouro?

Carlos: O que dizes?

Juca: Mamãe me disse que havia de me dar um muito dourado quando eu fosse frade. (Cantando) Eu quero ser frade.

Carlos (para Emília): Ainda duvidas? Vê como enganam essa inocente criança!

Juca: **Não enganam não, primo**, os cavalos andam sozinhos.

Nesse trecho, o menino Juca revela ao primo a promessa que lhe fora feita pelos personagens Florência e Ambrósio para que decidisse ser frade: um carrinho de

brinquedo de prata com cavalos dourados que se moviam. Carlos reage comentando com Emília que estão enganando Juca. Ao ouvir esse comentário, o menino Juca entende que o engano mencionado diz respeito à possibilidade de existir um brinquedo com as características prometidas e profere um enunciado em cuja oração principal ocorre dupla negação. É um caso em que o enunciado com dupla negação claramente expressa uma denegação.

Outro trecho apresentado é o da obra *Luzia Homem*, de Domingos Olímpio, publicada em 1878.

(4) — Vamos seu Belota — ordenou o sargento — Bote para fora o que sabe. Vamos que temos panos para mangas...

Belota, sempre cheio da intransigência das ameaças do sargento, acobardou-se e contou o caso, amenizando-o com disparatadas justificativas. Fora uma brincadeira de amigo, uma coisa à-toa, que terminara num bate-boca.

— E aqui este mestre?

Crapiúna olhava, de soslaio, para Belota.

— Saberá vossa senhoria — respondeu este — que o seu Crapiúna não estava...

— Você está mentindo seu diabo...

— Quero dizer... sim senhor... **Não estava não, senhor...**

— Veja bem o que está dizendo.

— Não estava no... no... princípio: chegou; quase no fim... Mas, juro que não vi ele saltar o muro...

— Bom. Chegou no fim, heim!?

Nesse trecho, O personagem Belota afirma que “o seu Crapiúna não estava”. A acusação do sargento (de que estivesse mentindo), feita a seguir, permite inferir que o Crapiúna estava na confusão, ao que o personagem Belota, depois de alguma hesitação, responde com uma dupla negação.

Nesses exemplos, os únicos com enunciados com dupla negação em peças de teatro que o artigo apresenta inseridos em seus contextos mais amplos, a função de denegação parece bem evidente. Desses dois textos, um é da primeira metade do séc. XIX, outro é da segunda metade do mesmo século. A observação dos enunciados extraídos de jornais e outras peças dos dois períodos, no entanto, levanta a suspeita

de que a função de denegação seja categórica apenas na primeira metade do séc. XIX²², período exemplificado por (5) e (6), a seguir²³.

(5) “**Não** se pense que nós nos oppomos ao recrutamento; **não** [...]”

(Jornal: O Despertador Mineiro, 1841)

Aqui, no entanto, cabe falar de denegação inferencial²⁴. São casos em que o redator quer impedir o ingresso no contexto de conteúdos que poderiam, em alguma medida, ser inferidos (em algum ponto do discurso) a partir de enunciados proferidos. Em relação a (5), é possível supor com uma certa confiança que é denegativo, mesmo sem a comprovação de um contexto (que as autoras não oferecem). Isso porque as próprias escolhas linguísticas no interior do enunciado são pistas seguras de que o redator, com a dupla negação, quer tornar manifesta sua recusa em admitir determinado conteúdo no contexto. Em (5), com o uso do imperativo negativo do verbo *pensar*, o redator realiza um ato de fala dirigido ao leitor, em que o desencoraja a admitir o ingresso, no contexto, de conteúdos que poderiam, em alguma medida, ser inferidos a partir do discurso precedente.

Outro caso de igual natureza é aquele que as autoras apresentam numerado como (18), reproduzido a seguir em (6)²⁵.

(6) “**Não** se persuada alguém que quando assim falamos temos em vista apoiar o assassinato; **não**: longe de nós tal idea [...]”

(Jornal: O Libertador, 1841)

Já em (7) é a operação de clivagem que indica o ato de denegar.

²² Embora o artigo considere que a dupla negação já estava em uso no português falado do século XVIII, o levantamento feito pelas autoras em cartas, jornais e peças de teatro encontra apenas um caso de dupla negação no século XVIII. Por essa razão, a partir deste ponto do texto, são considerados apenas dois períodos: a primeira e a segunda metade do século XIX.

²³ No artigo original, esses exemplos recebem outra numeração.

²⁴ Não poderia ser de outra natureza, dado que, diferentemente do texto de teatro, o texto jornalístico não contém diálogo.

²⁵ O leitor interessado em verificar outros exemplos de igual natureza poderá encontrá-los no artigo original, disponível no site da revista Veredas até a data de redação deste artigo.

(7) “Há de ficar a constituição sendo o joguete dos partidos e do governo; mas não é do que tenho medo; não [...]”

(Jornal: O Libertador, 1841)

Os dados relativos à segunda metade do séc. XIX parecem oscilar entre a expressão de denegação e outra função difícil de identificar. Os exemplos apresentados no artigo original sob os números (35) e (38), renumerados a seguir como (8) e (9), parecem ser claramente usos denegativos.

(8) “E mostrar-te uma ferida que tenho... mas **não** te mostro, **não**.”

(Peça de teatro : Uma véspera de Reis, Artur Azevedo, 1873)

(9) “**Não** somos **não**, desajeitadas!”

(Peça de teatro: Nova viagem à lua, Artur Azevedo, 1877)

Já os exemplos originais (32) e (42), renumerados a seguir como (10) e (11), por serem enunciados interrogativos, não poderiam, por hipótese, ser expressão de denegação.

(10) “A pequena pulou de contente; **não** pulou, **não**?”

(Peça de teatro: Uma véspera de Reis, Artur Azevedo, 1873)

(11) “Tu **não** vai mesmo, **não**, Toinho?”

(Obra literária: Dona Guidinha, Manoel de Oliveira Paiva, 1892)

Se o ato de fala de denegar for tomado como a expressão da indisposição de aceitar o ingresso de determinado conteúdo no conjunto contextual²⁶, ou seja, no conjunto de conhecimentos mutuamente compartilhados entre os interlocutores, nos exemplos (10) e (11), não pode estar havendo denegação, já que um enunciado interrogativo não pode ser visto como uma recusa, mas sim como um pedido de informação.

É possível, no entanto, analisar esses casos como tipos de denegação, cada um por razões distintas. Em (10), o falante começa com uma suposição. Em seguida, a

²⁶ Cf. Stalnaker 1974.

interrogação com dupla negação funciona como um questionamento da disposição dos interlocutores de opor-se ao que o falante acaba de supor. Trata-se, portanto, de uma espécie de denegação antecipada.

Para compreender o caráter denegativo de (11), é necessário ler todo o trecho em que o enunciado está inserido, apresentado em (12).

(12) — Toinho, aquele é o Seu Damião.

— Que Damião, mulher?

— O Damião da Imbiratanha, filho da velha Luzia do Quinquim, da cidade de Sousa, que fez uma viagem com você para o Uricuri...

O marido, ligando idéias:

— Ai, homem! A pois querem vê que ele é mesmo, minha gente! E nem me conheceu!

— Pois ele haveria de lhe reconhecer assim como nós estamos? Vai lá, Toinho, pode ser que até ele nos deixe ficá aqui nas terras dele, enquanto não chove.

— Eu, não, mulher. Não vou me apresentar aos homens assim nesta miséria desgraçada.

— Que é isso? E como nos havemos de arranjar?

— Assim naufragado não me apresento a conhecido, só não sabendo quem é.

— Tu não vai mesmo, não, Toinho?

— Com meus pés não vou não, mulher.

A leitura do trecho não deixa dúvida de que se trata de uma situação de confronto entre o desejo da mulher e do marido. Como os dois estão em uma situação difícil, ela insiste com o marido para que ele se dirija a um conhecido que ambos avistaram. No penúltimo enunciado do trecho, a esposa parece estar questionando se a denegação recorrente do marido ao longo do diálogo se confirma. Aqui se trata, então, de um pedido de confirmação da denegação. No enunciado seguinte, o marido também usa uma dupla negação, em que dá a esposa a confirmação que ela solicita com o enunciado anterior.

Tirando esses dois casos, nenhum dos demais exemplos encontrados em Seixas e Alkmin (2013) constitui pergunta. Evidentemente, para confirmar o valor denegativo de cada enunciado encontrado seria necessário recuperar os textos, dado que a denegação se estabelece em contextos bastante específicos. Os casos aqui

analisados são aqueles que apresentam marcas linguísticas que permitem concluir com bastante segurança o caráter denegativo dos enunciados de dupla negação. Sendo assim, os dados encontrados em Seixas e Alckmin (2013) permitem reconhecer de modo claro que o uso de dupla negação até o século XIX está regularmente associado à função retórica de denegação. Diferentemente do conceito de enunciado enfático, no entanto, o conceito de enunciado denegativo pode receber conceituação explícita, satisfazendo a exigência de precisão demandada por Schwenter. Essa definição é apresentada a seguir em (13).

(13) **Enunciado Denegativo**

Um enunciado é denegativo se

- a. contradiz conteúdo proferido ou inferível de proferimento emanado de interlocutor, ou
- b. contradiz conteúdo proferido ou inferível a partir da consideração de conteúdos presentes no discurso do próprio falante.

A disjunção presente nas condições da definição (13) resulta da admissão de dois tipos de denegação. O primeiro tipo, expresso na condição *a*, é aquele em que o falante, diante de da manifestação de um interlocutor, resolve indicar que não está disposto a aceitar o ingresso de determinado conteúdo no *common ground* dos falantes. Sendo assim, não se trata propriamente de negar uma pressuposição, mas sim de negar que determinado conteúdo possa integrar o conjunto das pressuposições dos falantes²⁷. Um bom exemplo desse tipo de denegação aparece no exemplo (3), extraído da peça *O noviço*.

Há, no entanto, um segundo tipo de denegação, cujo objetivo último é o mesmo que se observa no primeiro tipo: impedir que determinado conteúdo ingresse no conjunto dos conteúdos mutuamente compartilhados pelos interlocutores. São os casos (descritos pela condição *b*) em que o próprio discurso do falante poderia, em alguma medida, produzir uma inferência da qual ele quer se distanciar de modo explícito. É o que se observa no exemplo (6), encontrado em artigo de jornal, em que o redator trata de desencorajar, de modo muito claro, uma possível inferência a partir de seu discurso precedente.

²⁷ Cf. Stalnaker (1974).

Os dados do século XIX não deixam dúvida de que há uma função retórica associada de modo bastante consistente ao uso de enunciados com dupla negação. Mas é claro também que, ao contrário do que afirma Seixas e Alkmin (2013), esses enunciados não veiculam conteúdos pressupostos no sentido clássico, se considerarmos a conceituação de pressuposição tal como tem sido entendida desde a década de setenta. Na verdade, veiculam conteúdos em conflito com outros proferidos ou sugeridos no discurso precedente. Sendo assim, a função retórica dos enunciados de dupla negação, pelo menos os do século XIX, parece ser a de denegação, ou seja, a de rejeitar o ingresso de determinado conteúdo no conjunto de conteúdos mutuamente compartilhados entre os interlocutores. Como o conjunto de conhecimentos mutuamente compartilhados entre os interlocutores nada mais é que o conjunto das pressuposições dos interlocutores (cf, Stalnaker 1974), a dupla negação (encontrada fartamente nos textos do século XIX) nada mais é que uma forma de impedir que algo se torne pressuposto, e não – como afirmam as autoras – de veicular conteúdo pressuposto.

Aqui vale tecer algumas considerações sobre a alegação de um caráter enfático de enunciados de dupla negação, comum na literatura a respeito do fenômeno em línguas que se caracterizam por terem trilhado o Ciclo de Jespersen, como o francês. Por alguma razão, muitos dos enunciados encontrados no artigo de Seixas e Alkmin parecem sugerir uma leitura enfática. É possível que essa impressão seja uma decorrência das características do corpus considerado, com muitos artigos de jornal. Nos jornais dos sécs. XVIII e XIX, principal fonte de dados de Seixas e Alkmin (2013), a discussão de temas polêmicos (escravidão, sistema de governo) favorecia manifestações mais contundentes no interior dos debates acalorados que se desenrolavam através da imprensa.

O fato é que, pelo menos nos textos jornalísticos, não seria absurdo supor que os enunciados de dupla negação cumprissem a função de expressar uma denegação enfática, carregando consigo, portanto, duas marcas pragmáticas características (rejeição a conteúdo previamente proferido ou sugerido e ênfase). Uma tal suposição implicaria, evidentemente, desconsiderar a crítica de Schwenter, segundo a qual o conceito de ênfase não poderia ser utilizado em uma descrição antes de ser completamente esclarecido.

3.2 Os dados do VARSUL: denegação e retorno a comentário quantitativo

Com o objetivo de identificar a motivação pragmática para os usos de dupla negação na Região Sul do Brasil, Goldnadel et al (2013) analisa os dados de entrevistas sociolinguísticas realizadas com falantes das três capitais (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba). Inicialmente, o estudo mostra que, embora com um índice percentual mais baixo de sentenças que o encontrado em outras regiões do país, a Região Sul do Brasil também se caracteriza por assistir, no início da década de 90, a um incremento de usos de enunciados com dupla negação sentencial. Em um levantamento parcial feito em entrevistas sociolinguísticas das três capitais, Porto Alegre foi a que apresentou menor incidência de dupla negação, com apenas 0,6% das ocorrências. Florianópolis, com o maior número de ocorrências, apresentou um percentual de 4,4%. Curitiba revelou um percentual de 2,6% de ocorrências.

O mesmo estudo submeteu os dados de enunciados negativos de nove entrevistas da cidade de Florianópolis²⁸ a uma análise nos moldes da sociolinguística quantitativa laboviana, a fim de verificar a influência de variáveis sociais e linguísticas no uso de enunciados de dupla negação. Das variáveis sociais, apenas a escolaridade revelou-se estatisticamente relevante, com favorecimento de uso entre os falantes menos escolarizados. Três variáveis linguísticas foram consideradas relevantes no estudo (em ordem crescente de importância): tipo de oração, tipo do enunciado e status discursivo do conteúdo negado. No tipo de oração, as absolutas e principais favoreceram dupla negação, com peso relativo de 0,67. O tipo de enunciado que se revelou favorável à estrutura foi o de resposta a pergunta, com peso relativo de 0,72. A variável linguística mais significativa foi o status discursivo do conteúdo negado. Das 47 duplas negações consideradas no estudo, em 32 o conteúdo da oração negada era transmitido, literal ou inferencialmente, em frase imediatamente anterior, sendo portanto, altamente ativado. O programa estatístico atribuiu à variável *Ativado no discurso de forma literal ou inferencial na mesma sentença ou em frase anterior* o peso relativo 0,78. A variável *status informacional do conteúdo negado* apresentou ainda outra variante com peso relativo significativo (0,68): *Ativado no discurso de forma literal ou inferencial em oração ou frase não anterior*.

²⁸ A cidade de Florianópolis foi escolhida por ter sido a capital, entre as três consideradas no levantamento inicial, com maior quantidade de enunciados com dupla negação sentencial.

Os resultados de Goldnadel et al (2013) apresentam, portanto, evidência a favor da hipótese de Schwenter, segundo a qual o surgimento da dupla negação estaria associado à função de marcação de ativação do conteúdo negado. Adicionalmente, essa mesma hipótese também pode aplicar-se à análise dos enunciados dupla negação dos séculos XVIII e XIX coletados por Seixas e Alkmin, já que a denegação envolve necessariamente a consideração de um conteúdo ativado que se quer contradizer. A observação dos dados do Projeto VARSUL, no entanto, revela uma quantidade significativa de enunciados não denegativos na Região Sul, o que sugere a possibilidade de que, no século XX, os enunciados de dupla negação, mesmo sendo semelhantes aos enunciados denegativos por expressarem conteúdos ativados, tenham passado a exercer outro tipo de função no interior do discurso.

Se nos dados dos séculos XVIII e XIX transparece de modo muito claro uma função conversacional de denegação para enunciados de dupla negação, nos dados observados nas entrevistas do Projeto VARSUL, esse tipo de uso não é categórico. Dos 28 casos de dupla negação sentencial encontrados nas seis entrevistas de Curitiba consideradas no presente estudo, apenas doze parecem expressar denegação. O trecho a seguir é um dos casos em que o entrevistado usa a dupla negação para denegar afirmação imediatamente precedente do entrevistador. É um caso em que o enunciado se enquadra no conceito de denegação pela cláusula *a* da definição (13).

(14) E: Onde é que você trabalha?

F: Trabalho na Champs de Bleu.

E: Que é que é isso?

F: É confeitaria.

E: Oh! Que chique! Tu és confeitadora?

F: Não, auxiliar de confeitadora. Por enquanto, né? Tenho esperança de chegar lá em cima ainda.

E: Mas deve ter uma mão boa.

F: Ahn?

E: Deve ter uma mão boa.

F: **Eu não tenho não.**

No trecho a seguir, a rigor, há duas denegações, a primeira expressa por uma estrutura distinta de denegação (não... nada), a segunda expressa pela estrutura aqui

estudada (não V... não). A primeira segue-se a uma pergunta retórica (tecnicamente, uma afirmação). A segunda segue-se a uma pergunta que, considerando os conteúdos veiculados anteriormente, carrega consigo um tom de incredulidade, sugerindo, por si só, uma resposta afirmativa. É contra essa sugestão que surge a dupla negação sublinhada.

(15) E: Deve ter lavado muita fralda, né? De criança.

F: Não lavei nada.

E: Não lavava?

F: **Eu não trabalhava pra ninguém não.** Eu ia trabalhar na casa das minhas patroas lá, começavam a gritar comigo, eu já pegava minha trouxinha e vinha embora. A mãe olhava na janela e falava assim: “Já vem”. Eu lembro até hoje, viu mãe? Que a senhora falava “Lá vem a tentação lá”. (risos geral) “Tentação já vem vindo”. Desse jeito a mãe falava, dona Marluce.

Neste caso, como a entrevistada já havia dito que tinha muitos irmãos menores, a entrevistadora supôs, no primeiro enunciado reproduzido, que ela tivesse lavado muitas fraldas. Diante da primeira reação, a entrevistadora realiza uma pergunta que torna manifesta sua resistência em aceitar o conteúdo recém transmitido pela entrevistada. A dupla negação, então, parece dirigir-se contra a suposição, restaurada pela insistência da pergunta, de que a entrevistada, sendo mais velha que seus irmãos, tivesse lavado muita fralda. Assim como no caso anterior, trata-se de uma denegação pela satisfação da condição *a* da definição (13), com a peculiaridade de que se trata de um conteúdo inferível a partir do enunciado da entrevistadora.

O caso a seguir é curioso porque o entrevistado parece denegar algo que ele supõe que o entrevistador pudesse pensar em razão de ter mencionado, na pergunta, sua formação em Contabilidade.

(16) E: Bom, o Senhor falou que trabalhou a vida toda contrariado daí. Mas é... como tesoureiro da da da DR, é, não foi importante o Senhor ter feito Contabilidade, que daí...

F: Bom, ajudou, é lógico, porque você vê quem trabalha com dinheiro tem que

saber fazer o livro-caixa, tudo, né? Quer dizer, ajudou, lógico, né? Mas não é que fosse uma função que precisasse ser contador, né? **Não precisava não.** Uma pessoa ser contador na época [tinha que]- [que]- precisava cursar um Ginásio ou era só [com]- com- Ah! tinha que ter o Ginásio pra daí fazer o que era considerado o científico, né? Equivalente ao Científico. Não precisava fazer.

Em (16), o entrevistador sugere, em sua fala, que tivesse sido útil para o desempenho profissional do entrevistado o fato de ele ter cursado contabilidade. Ele concorda, mas, em seguida, em um enunciado que projeta outra direção argumentativa a partir do uso da conjunção *mas*, parece imaginar uma possível suposição por parte de seu interlocutor: a de que, para exercer sua função na empresa, fosse necessário ser contador. É contra essa suposição que apresenta o enunciado seguinte, com dupla negação de valor denegativo.

Há casos ainda em que a denegação dirige-se contra uma suposição muito vagamente aludida, se bem que identificável por elementos linguísticos bastante claros. No exemplo a seguir, a dupla negação parece contrapor-se a alguma suposição que a entrevistada parece identificar como usual em seu ambiente.

(17) E: Ah! Você tem cara de bem encenqueira, hein, dona Cleuza?

F: Não brigo (rindo).

E: Não briga mesmo?

F: Não. Eu sou ruim. Não digo que eu não sou. Sou ruim mesmo. Mas se mexer comigo eu brigo. Agora, se não mexer comigo eu não brigo com ninguém, sabe?

E: Fica no teu cantinho...

F: Agora, eu sou assim, eu vou guardando. Fez as coisas pra mim, eu guardo hoje, pois, mas também quando eu chego é pra quebrar o pau mesmo. É, chego e já prego a mão na cara já de uma vez. **Eu não tenho nada desse negócio de ficar discutindo que nem lavadeira não**, que eu não gosto disso, né?

O que deixa claro, neste exemplo, que a falante denega algum tipo de suposição identificável é o uso da expressão *esse negócio*, que, pela presença do

demonstrativo anafórico, indica a possibilidade de reconhecimento de opinião culturalmente compartilhada.

De todas as denegações encontradas nos dados coletados do VARSUL, algumas são percebidas como enfáticas (como a que aparece no trecho (17)). Há, no entanto, muitas com um segundo *não* pronunciado muito debilmente, que não sugerem, de modo algum, ênfase.

Vale sublinhar que os doze casos de denegação representam apenas pouco mais de um terço dos dados avaliados. Além dos cinco casos de difícil classificação²⁹ e de um caso em que a dupla negação parece ter a função de pausa temática identificada em Furtado da Cunha (2001, 2007), restam ainda outros dez casos em que a dupla negação parece estar a serviço da realização de uma função distinta, ainda não identificada na literatura: retorno a comentário quantitativo³⁰ do qual o falante se afasta provisoriamente (para tecer considerações de caráter qualitativo). O trecho em (18) não pertence às entrevistas de Curitiba consideradas no levantamento a ser apresentado, mas é aqui apresentado por ter sido encontrado em uma entrevista sociolinguística de um falante de Porto Alegre, capital do Estado vizinho ao da capital Curitiba (onde as mesmas funções de enunciados com dupla negação estão sendo identificadas), e por ilustrar exemplarmente a função de retorno a comentário quantitativo.

(18) E: Tem problema de assalto?

F: Ah, isso tem em tudo que é lugar, né? Aqui é... Não sei, às vezes a minha filha que estuda de noite vem... sai vinte pras onze, ou dez e meia ela sai lá do colégio. Sobe às vezes onze horas aí. Que às vezes a Jane fica, a minha esposa se perde pra encontrar ela... E elas saem mais cedo do colégio, entendeu? Então ela não gosta de ficar esperando na parada ela pega e vem sozinha, né? Não gosta de ficar parada. **Não sei, até agora não tem problema nenhum não.**

Nesse trecho, o entrevistador pergunta ao entrevistado se há problema de assalto no bairro em que mora. A primeira reação do entrevistado é apresentar uma resposta genérica, que permite inferir uma resposta afirmativa. No entanto, na busca

²⁹ Em nenhum deles o conteúdo da sentença de dupla negação representa conteúdo discursivamente ativado.

³⁰ A respeito da noção de comentário quantitativo, veja-se Kuppevelt (1995a, 1995b, 1996).

de justificativa para a resposta apresentada, passa a narrar um episódio típico envolvendo sua família. A escolha desse episódio, evidentemente, não é aleatória: trata-se de um tipo de situação que permite refletir sobre a questão da violência no bairro. Ao final de sua narrativa, percebe que, no tipo de situação narrado, em que sua família se encontra provavelmente na situação de maior vulnerabilidade, nunca se deparou com um assalto. Isso o faz rever a posição inicialmente assumida. Essa mudança de opinião aparece no último enunciado, com dupla negação, em que o falante retorna ao comentário ao tópico estabelecido pela pergunta do entrevistador³¹.

A análise de (18) permite identificar traços bastante recorrentes do discurso falado. Ao longo de uma conversa, os interlocutores estabelecem, a partir de suas falas, tópicos a serem satisfeitos. Esses tópicos são como o motor da conversa: estímulos para que os falantes expressem seus pensamentos a respeito dos mais variados temas. Esses estímulos, na perspectiva de van Kuppevelt (1995a, 1995b, 1996) constituem tópicos, que se estabelecem real ou virtualmente³². No caso de uma entrevista sociolinguística, cabe ao entrevistador estabelecer explicitamente, através do proferimento de perguntas, tópicos a serem abordados pelos comentários do entrevistado. Os comentários, nessa perspectiva, não são nada mais do que a satisfação de demandas geradas pelo estabelecimento de incertezas (a maioria por parte do entrevistador) que surgem ao longo da interação verbal. Aos interlocutores cabe satisfazer essas demandas a fim de que novas demandas possam ser estabelecidas, em um processo que garante a continuidade da interação verbal.

Nesse processo, há dois tipos de comentário a serem reconhecidos: comentários quantitativos e comentários qualitativos. Os comentários quantitativos dizem respeito à satisfação de incertezas relativas às demandas por informação estabelecidas ao longo da conversa. Em (18), apenas dois enunciados veiculam comentário quantitativo: o primeiro e o último. Isso porque a demanda tópica estabelecida pela pergunta do entrevistador diz respeito apenas ao problema de assalto no bairro em que mora o entrevistado. Todos os outros comentários a respeito da volta para casa (da escola) da filha do entrevistado não satisfazem à demanda estabelecida na pergunta. De qualquer modo, são comentários por ele apresentados

³¹ Neste caso, é possível considerar que a dupla negação também tem caráter denegativo.

³² Em uma conversa, nem sempre um tópico aparece expresso na forma de uma pergunta efetivamente realizada por um interlocutor. Muitas vezes, um tópico deve ser inferido a partir do modo como a interação se processa. Neste caso, a pergunta que gera o tópico é virtual; é inferida pelos falantes.

que cumprem alguma função discursiva. Na perspectiva de Kuppevelt, esses comentários são qualitativos.

O discurso cotidiano está repleto de comentários qualitativos, ou seja, comentários que não contribuem para a satisfação direta das demandas de informação estabelecidas ao longo de uma troca conversacional. Sua contribuição, no entanto, é indireta. Ao que parece, em nossas conversas, estamos empenhados não apenas em entregar pacotes de informação solicitados, mas também em apresentar algum tipo de justificção para aquilo com cuja verdade nos comprometemos. Os comentários qualitativos nada mais são do que conteúdos veiculados pelos falantes com o objetivo de dar algum suporte a suas ideias³³. São, portanto, a satisfação informal a uma demanda por justificção de crenças assumidas ao longo da interlocução.

Em (18), o falante inicia a sua fala com um enunciado que expressa um comentário quantitativo ao t3pico estabelecido pelo entrevistador. Em seguida, passa a procurar justificar sua opini3o atr3s de uma narrativa. Essa narrativa, no entanto, poderia ser tomada como uma iniciativa para mudar o t3pico proposto pelo entrevistador. A dupla nega3o do enunciado final, no entanto, surge para sinalizar a disposi3o do falante de abandonar a digress3o (de car3ter qualitativo) e retornar ao t3pico inicialmente estabelecido atr3s de um novo coment3rio quantitativo. Essa fun3o de retorno a coment3rio quantitativo est3 presente em dez casos de dupla nega3o dos 28 analisados por este estudo.

O trecho a seguir, retirado de uma entrevista de Curitiba, tem duas duplas nega3es.

(19) E: E em outras 3reas, na 3rea de sa3de, por exemplo.

F: Na 3rea de sa3de tamb3m. N3s temos aqui a Clinihauer, n3? O hospital Vila Hauer aqui, temos tamb3m o hospital do Carmo, temos cl3nicas aqui na regi3o tamb3m. Est3 bem servido.

E: O senhor n3o v3 necessidade de...

F: N3o. Ah, tem o INPS, que ainda funciona com certeza, n3?

³³ H3 inclusive determinados tipos de troca conversacional em que as perguntas de car3ter quantitativo nada mais s3o do que um pretexto para estimular coment3rios qualitativos. Nada mais entediante, por exemplo, que um entrevistado num *talk show* que se limite a dar respostas objetivas 3s perguntas feitas. Nesse tipo de intera3o, espera-se justamente que os t3picos estabelecidos pelo entrevistador sirvam de est3mulo para que o entrevistado se demore em considera3es sobre a justificativa para suas opini3es.

E: Tem o INPS também aqui.

F: Não, acho que a gente se baseia muito em ouvir pessoas reclamando, né? **E nesse aspecto não tem reclamação não.** O pessoal até acho que está bem servido nessa parte.

E: As pessoas não têm reclamado, assim...

F: Não, é porque, geralmente, né? Há tempos atrás se dizia: “Não, que se sair daqui tem que ir lá pra São Lucas, no Evangélico, Hospital de Clínicas, né? Hoje não, hoje o pessoal parece que se acomodou, quer dizer, não é que se acomodou, é que a facilidade chegou, né? Então, se você precisa hoje de uma consulta, você vai no Hospital, ali você é atendido, né? Hoje também houve, pelo menos isso, é? Pela parte do INPS não existe mais aquela burocracia que você tem que ter carteira, você tem que estar revalidando, é? Hoje você precisa apresentar apenas o documento, qualquer coisa, você é bem atendido. É pelo menos atendido, não digo bem. INPS, né? É, então isso aí facilitou, porque muita gente pudesse ser atendido em qualquer parte, em qualquer hospital desde que tenha convênio. Então, a gente não tem visto queixas. **Não tem ouvido queixa nenhuma não.**

Para a compreensão desse trecho, é importante esclarecer que ele dá sequência a uma série de manifestações de aprovação do entrevistado sobre a administração da cidade de Curitiba pelo prefeito Jaime Lerner. Nesta passagem, depois da sugestão do entrevistador de que se manifestasse sobre a área da saúde, ao dizer “Na área de saúde também”, quer, com isso, manifestar sua aprovação da administração do prefeito na área da saúde, assim como das demais já discutidas anteriormente. Satisfaz, portanto, a demanda de um posicionamento sobre esse tópico, contribuindo com um comentário quantitativo, cujo sentido é o de que, em relação à saúde, ele também não tem do que se queixar. Depois disso, seguem-se alguns enunciados cuja função é, mais uma vez, a de justificar a opinião emitida. Mesmo assim, o entrevistador, em sua fala seguinte, insiste em dar continuidade à exploração do tópico inicialmente estabelecido, dando a oportunidade de que o entrevistado mudasse de opinião (ao dizer “O senhor não vê necessidade de...”). Então, percebendo a insistência do entrevistador, o entrevistado tece um comentário qualitativo falando do INPS e, em seguida, menciona o que dizem as outras pessoas – com a finalidade evidente de distanciar-se do que essas pessoas pensam – para,

através da dupla negação, realizar um comentário que remete novamente ao tópico principal, reafirmando seu ponto de vista. Tendo percebido a posição pessoal do entrevistado, o entrevistador insere um novo tópico semelhante ao anterior, mas desta vez indagando sobre o que pensam as demais pessoas. Aqui o entrevistado inicia o seu turno com uma série de observações de caráter qualitativo, justificando, portanto, o comentário quantitativo que só vai surgir mais adiante. É apenas com o seu comentário final, em um enunciado de dupla negação, que o entrevistado promove um retorno à questão tópica, respondendo a pergunta do entrevistador.

No trecho a seguir, extraído de outra entrevista de Curitiba, o entrevistador reage à informação da entrevistada de que tem três irmãos policiais (que se acrescenta à informação já presente de que o pai é militar) com um enunciado exclamativo (em itálico no exemplo). Esse enunciado, por si só, responde à questão tópica virtual (cf. nota 31 sobre questões tópicas estabelecidas virtualmente) sobre o rigor da educação da entrevistada, sendo, portanto, um comentário quantitativo. Segue-se a esse comentário quantitativo um comentário qualitativo, que nada mais faz do que reativar conteúdos já acrescentados ao contexto (a ida do pai à guerra e a profissão dos irmãos). O enunciado seguinte, em que se observa a dupla negação, promove um retorno ao comentário quantitativo, ou seja, um retorno à questão tópica inicialmente estabelecida como a sequência *Ai, meu Deus. Imagina que dureza!*.

(20) F: Eu tenho três irmãos polícia militar.

E: *Ai, meu Deus. Imagina que dureza!* O pai foi pra guerra, três irmãos policiais... **Não dá pra sair da linha muito não.** Sempre tem alguém cutucando.

Esse é um exemplo em que se pode observar que o enunciado de dupla negação pode promover a volta a um enunciado de que o falante pouco se afastou. A função de retorno a comentário distante, no entanto, não é limitada pela magnitude da distância. Trata-se aqui apenas de reconhecer que a dupla negação acaba por constituir-se em recurso formal para sinalizar a volta a conteúdo central, mesmo que os enunciados qualitativos intervenientes representem uma interrupção de pequena extensão.

Tendo analisado de acordo com os critérios que embasaram as análises precedentes as 28 duplas negações sentenciais encontradas nas 6 entrevistas de Curitiba escolhidas, o resultado encontrado é o que está expresso na tabela a seguir.

Denegação	Retorno a Tópico Quantitativo	Pausa Temática	Indefinido	Total
12 (42,86%)	10 (35,72%)	1 (3,57%)	5 (17,85%)	28

Tabela 1: Resultado da avaliação da função discursiva de enunciados com dupla negação em entrevistas sociolinguísticas de Curitiba, do início da década de 90

O resultado mostra uma quantidade expressiva de enunciados de dupla negação a serviço da função de denegação. Por outro lado, os outros 16 casos não podem ser considerados a expressão de um ato de fala denegativo, já que não se orientam para qualquer conteúdo contraditório identificável no discurso precedente. A análise desses casos, a partir da consideração do modo como a informação se organiza nos trechos de fala em que se encontram, revela, no entanto, a expressão consistente de uma função de retorno a comentário quantitativo. Ao executar essa função, o falante usa dupla negação para indicar aos interlocutores um retorno à tarefa de apresentar um comentário capaz de satisfazer a questão tópica inicialmente estabelecida, estímulo inicial para a sua contribuição para o desenrolar do discurso.

4. Considerações finais

A observação dos dados dos séculos XVIII e XIX disponibilizados em Seixas e Alkmin (2013) e dos dados do século XX da região Sul do Brasil sugerem uma rota para os valores pragmáticos de enunciados de dupla negação. É possível que a dupla negação tenha surgido com um *não* final bem pronunciado e com razoável intensidade, como recurso para veicular enunciados denegativos enfáticos³⁴. A repetição desse tipo de uso pode ter permitido o surgimento de enunciados com um *não* final pronunciado de forma mais débil, mantendo o seu caráter denegatório, mas retirando-lhes a ênfase. É justamente o que se observa em muitos casos de denegação encontrados nas entrevistas do Projeto VARSUL, cuja audição revela uma pronúncia relativamente fraca do *não* final.

³⁴ De qualquer forma, a ausência de registros sonoros recomenda cautela na defesa dessa suposição de um caráter enfático para as denegações dos sécs. XVIII e XIX.

Como enunciados denegativos carregam consigo o traço intrínseco de ativação – já que não se pode denegar algo que não esteja ativado –, as duplas negações denegativas não enfáticas podem ter sido reinterpretadas, com o passar do tempo (e a partir do aumento dos usos), apenas como marca de ativação. Essa marca deve ter servido muito bem ao propósito de sinalizar retorno a comentário distante, a função identificada nos dados do VARSUL. Esse retorno, além de constituir uma função orientada para a organização do fluxo discursivo, pode ter sido sentido, com o aumento dos usos, como uma manifestação da disposição do falante de manter-se dentro do tópico proposto. Com o passar do tempo, essa sinalização de disposição de manter-se no tópico proposto pode ter começado a ser interpretada como uma marca de polidez, como uma forma de deixar claro que o falante não considera necessário interromper o tópico se o seu interlocutor desejar dar continuidade a ele. Isso explicaria a função de preservação da face identificada em Roncarati (1996). Essa função representaria um novo estágio, em que restaria da função de retorno a tópico apenas a sinalização de disposição para manter-se no tópico, muito comum nos usos de dupla negação em respostas a perguntas identificados pela autora, em que a dupla negação soa como uma forma mais polida (ou menos agressiva) de responder, justamente por não passar a impressão de que o falante, com o uso da negação, quer encerrar o assunto.

Se todas essas suposições estiverem corretas, o quadro de mudanças linguísticas relativas a enunciados de dupla negação deve ser o apresentado a seguir.

Estágio	Funções
Sécs. XVIII e XIX	Denegação enfática
Séc. XX – estágio I	Denegação enfática Denegação não enfática
Séc. XX – estágio II	Denegação enfática Denegação não enfática Retorno a comentário distante
Séc. XX – estágio III	Denegação enfática Denegação não enfática Retorno a comentário distante Disposição de manutenção de tópico (preservação da face)

Tabela 2: Possível trajetória das funções pragmáticas de enunciados com dupla negação em português brasileiro.

É importante notar que, diferentemente do que se observa em algumas descrições propostas para o Francês e para línguas que passaram pelo Ciclo de Jespersen, o quadro 1 supõe apenas o acréscimo de funções pragmáticas, sem

nenhuma supressão. O que motiva essa visão é o fato de que em acervos de dados do século XX, como é o Projeto VARSUL, é possível encontrar mais de uma função. Os exemplos (17), (14) e (19) deste artigo – todos extraídos do acervo de entrevistas do VARSUL – são, respectivamente, casos de denegação enfática, denegação não enfática e retorno a comentário distante. Tudo indica, então, que o caso da dupla negação em português brasileiro ilustra exemplarmente o princípio da estratificação das teorias funcionalistas de gramaticalização, segundo o qual usos linguísticos anteriores podem conviver com usos mais recentes. A função de preservação da face, embora não seja ilustrada por casos do Projeto VARSUL (pelo menos, nada se encontrou até este momento), aparece nos dados de Roncarati. O que motiva a sua inclusão em um estágio posterior ao do surgimento da função de retorno a comentário distante é o fato de que só pode ser vista como uma consequência desta.

A sequência de mudanças aqui proposta só pode ser vista como uma hipótese inicial para a descrição (com algum fundamento explanatório) das funções pragmáticas de enunciados de dupla negação no português brasileiro. Evidentemente, os dados aqui considerados ainda são insuficientes para afirmações conclusivas. Dados de muitas outras regiões precisam ser considerados, alguns dos quais não se enquadram em qualquer das funções aqui supostas. Entre eles estão os da cidade de Natal, que, como mostra com Furtado da Cunha (2001, 2007), parecem indicar para a dupla negação uma função de pausa temática, uma função exatamente oposta à encontrada nos dados do VARSUL – que representam manutenção tópica (temática). Além disso, é necessário considerar as conexões que se estabelecem entre a dupla negação e a negação isolada em fim de frase. Trata-se, portanto, de acrescentar algumas ideias ao quadro mais geral da discussão sobre a negação sentencial em português brasileiro, que só poderá ser compreendida de modo mais abrangente a partir da análise de um amplo espectro de dados oriundos de diversas regiões, bem como da consideração dos momentos históricos em que são produzidos.

REFERÊNCIAS

BIBERAUER, T. Competing reinforcements: when languages opt out of Jespersen's Cycle. In: VAN KEMENADE, A.; DE HAAS, N. *Historical linguistics: selected papers from the 19th International Conference on Historical Linguistics*, Amsterdam: John Benjamin, 2009, p. 03-30.

- BIBERAUER, T. Jespersen off course?: The case of contemporary Afrikaans negation. In: VAN GELDEREN, E. *Cyclical change*. Amsterdam: John Benjamin, 2009, p. 91-130.
- CAMARGOS, Marcelo. A negativa: uma análise qualitativa. *Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes, Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto*, 2001. Disponível em : <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/>>. Acesso 10 set. 2015.
- CAVALCANTE, Rerisson. *A negação pós-verbal no português brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. 2007. 161 f. *Dissertação de Mestrado* – Instituto de Letras, 2007.
- CYRINO, T.; BIBERAUER, T. Appearances are deceptive: Jespersen’s Cycle from the perspective of the România Nova and romance-based creoles. Apresentação em *Going Romance*, 23, 2009, Nice: Universidade de Nice.
- DAHL, O. Inflationary effects in language and elsewhere. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2010. p. 471-480.
- DETGES, U.; WALTEREIT, R. Grammaticalization vs reanalysis: a semantic-pragmatic account of functional change in grammar. *Zeitschrift für Sprachwissenschaft*, 21.1, 2002. p. 151-195.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *DELTA* 17, 2001, p. 01-30.
- FURTADO DA CUNHA, M. A. Grammaticalization of the strategies of negation in Brazilian Portuguese. *Journal of Pragmatics*, 39, 2007, p. 1638-1653.
- GIVÓN, T. *Functional English Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GOLDNADEL, M.; LIMA, L. S.; BREUNIG, G.; ESQUIVEL, N. A.; LUZ, J. P. Estratégias alternativas de negação sentencial na região sul do Brasil: análise da influência de fatores pragmáticos a partir de dados do projeto VARSUL. *RELIN*, Vol 21, no 2, 2013, p. 35-74
- HANSEN, M. M. Reinforcers in old and middle french: a discourse–functional approach. In: HANSEN, M-B. M.; VISCONTI, J. *Current trends in diachronic semantics and pragmatics*. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2009. p. 227-251.
- HOEKSEMA, J. Jespersen recycled. In: VAN GELDEREN, E. *Cyclical change*. Amsterdam: John Benjamin, 2009. p. 15-34.

- JESPERSEN, O. Negation in English and other languages. In: JESPERSEN, O. *Selected writings of Otto Jespersen*. Abingdon: Routledge, 2010. p. 02-80.
- KIPARSKY, P.; CONDORAVDI, C. Tracking Jespersen's cycle. In: JANSE, M.; JOSEPH, B.D.; RALLI, A. *Proceedings of the 2nd International Conference of Modern Greek Dialects and Linguistic Theory*. Mytilene: Doukas, 2006, p. 01-22.
- LARRIVÉE, P. The pragmatic motifs of the Jespersen cycle: default, activation, and the history of negation in French. *Lingua*, 120, 2010, p. 2240-2258.
- LARRIVÉE, P. The role of pragmatics in grammatical change: The case of French preverbal non. *Journal of Pragmatics*, 43, 2011, p. 1987-1996.
- RONCARATI, C. A negação no português falado. In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 97-112.
- SCHWEGLER, A. Predicate negation in contemporary Brazilian Portuguese: a change in progress. *Orbis*, Leuven, v. 34, p. 187-214, 1991.
- SCHWENTER, S. A. The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese. *Lingua*, Amsterdam, V. 115, p. 1427-1456, 2005.
- SCHWENTER, S. A. Fine-Tuning Jespersen's Cycle. In: BIRNER, B.; WARD, G. *Drawing the Boundaries of Meaning: Neo-Gricean Studies in Pragmatics and Semantics in Honor of Laurence R. Horn*. Amsterdam: Benjamins, 2006. p. 327-344.
- SEIXAS, V. C.; ALKMIN, M. G. R. A negação sentencial em textos de autores brasileiros dos séculos XVIII e XIX: considerações sobre implementação, transição e origem da estrutura [NãoVNão]. *Veredas*, v. 17, no 2, 2013, p. 83-113.
- STALNAKER, R. C. Pragmatic presupposition. In: DAVIS, S. *Pragmatics: a reader*. Oxford: Oxford University, 1991. p. 471- 481
- SOUZA, A. S.; LUCCHESI, D. Estruturas de negação em uma comunidade rural afro-brasileira. *Hyperion*, nº 7, 2004. Disponível em : <http://www.hyperion.ufba.br/revista_7_04.htm>. Acesso em 10 set. 2015.
- VAN DER AWERA, J. The Jespersen Cycles. In: VAN GELDEREN, E. *Cyclical change*. Amsterdam: John Benjamin, 2009. p. 35-71.
- VAN DER AWERA, J. On the diachrony of negation. In: HORN, L. *The expression of negation*. New York: Walter de Gruyter, 2010. p. 73-109.
- VAN KUPPEVELT, J. Discourse structure, topicality and questioning. *Journal of Linguistics*, v. 31, no 1, p. 109-147, 1995a.

VAN KUPPEVELT, J. Main structure and side structure in discourse. *Linguistics*, v. 33, n. 4, p. 809-833, 1995.

VAN KUPPEVELT, J. Directionality in Discourse: Prominence Differences in Subordination Relations¹. *Journal of semantics*, v. 13, n. 4, p. 363-395, 1996.

VOSSEN, F.; VAN DER AUWERA, J. The Jespersen cycles seen from Austronesian. In: HANSEN, M. B. M.; VISCONTI, J. *The diachrony of negation*. Amsterdam: John Benjamin, 2014. p. 47-82.